

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

A REVISTA SCHOLA E SUA ATUAÇÃO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO (ABE)

Lidemberg Régis Santos Dantas, Olivia Morais de Medeiros Neta

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.12938>

Submetido em: 2025-08-06

Postado em: 2025-08-08 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

A REVISTA SCHOLA E SUA ATUAÇÃO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO (ABE)

LIDEMBERG RÉGIS SANTOS DANTAS¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7703-0115>
<lidember.dantas1@gmail.com>

OLIVIA MORAIS DE MEDEIROS NETA²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4217-2914>
<olivia.neta@ufrn.br>

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, Brasil.

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, Brasil.

RESUMO: Neste artigo, objetivamos identificar e discutir as ações de divulgação científica presentes na Revista Schola, vinculada à Associação Brasileira de Educação (ABE). A pesquisa ocorreu a partir do conjunto documental localizado no Arquivo e Biblioteca Carmem Jordão, vinculada à associação, com recorte temporal entre os anos de 1930 e 1931, tendo como justificativa remeterem ao período de circulação e vigência do impresso. A metodologia se fundamenta no método histórico como método de pesquisa, conforme Rösen (2015), utilizando-se das estratégias cognitivas, tais como: a heurística, a crítica e a interpretação. Como resultados da investigação, compreendemos que a Revista Schola se configurou como um dispositivo da ABE para a comunicação das questões correlatas à educação, abordando a apresentação das atividades aos sócios, aos pesquisadores, aos intelectuais, às instituições e às associações em âmbito nacional e internacional, bem como dispositivo de divulgação científica e de circulação de ideias via importação-exportação com o objetivo de difusão e valorização de determinados discursos, sentidos e temáticas relacionadas ao campo educacional e ao ensino.

Palavras-chave: associação brasileira de educação, revista schola, divulgação científica.

THE REVISTA SCHOLA AND ITS SCIENTIFIC DISSEMINATION ROLE IN THE ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO (ABE)

ABSTRACT: In this article, we aim to identify and discuss the scientific dissemination activities carried out by Revista Schola, a journal linked to the Associação Brasileira de Educação (ABE). The research was based on a set of documents located in the Arquivo e Biblioteca Carmem Jordão, linked to the association, covering the period between 1930 and 1931, as this corresponds to the period when the publication was in circulation and valid. The methodology is based on the historical method as a research method, according to Rösen (2015), using cognitive strategies such as heuristics, criticism, and interpretation. As a result of our research, we understand that Revista Schola has established itself as a tool for the ABE to communicate issues related to education, presenting activities to members, researchers, intellectuals, institutions, and associations at the national and international levels, as well as a tool for scientific dissemination and the circulation of ideas through-exportation with the aim of disseminating and promoting certain discourses, meanings, and themes related to the field of education and teaching.

Keywords: associação brasileira de educação, revista schola, scientific dissemination.

LA REVISTA SCHOLA Y SU ACTUACIÓN EN LA DIVULGACIÓN CIENTÍFICA EN LA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO (ABE)

RESUMEN: En este artículo, nuestro objetivo es identificar y analizar las acciones de divulgación científica presentes en la revista Schola, vinculada a la Associação Brasileira de Educação (ABE). La investigación se llevó a cabo a partir del conjunto documental localizado en el Arquivo e Biblioteca Carmem Jordão, vinculado a la asociación, con un recorte temporal entre los años 1930 y 1931, teniendo como justificación el período de circulación y vigencia de la publicación impresa. La metodología se basa en el método histórico como método de investigación, según Rösen (2015), utilizando estrategias cognitivas tales como la heurística, la crítica y la interpretación. Como resultado de la investigación, entendemos que la Revista Schola se configuró como un dispositivo de la ABE para la comunicación de cuestiones relacionadas con la educación, abordando la presentación de actividades a los socios, investigadores, intelectuales, instituciones y asociaciones a nivel nacional e internacional, así como un dispositivo de divulgación científica y de circulación de ideas a través de la importación-exportación con el objetivo de difundir y valorizar determinados discursos, significados y temáticas relacionados con el campo educativo y la enseñanza.

Palabras clave: associação brasileira de educação, revista schola, divulgação científica.

INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva identificar e discutir as ações de divulgação científica presentes na Revista Schola, vinculada à Associação Brasileira de Educação (ABE). A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e de cunho histórico, e se insere, assim, no campo da história da educação na interface com a história digital e a história transnacional, tendo privilegiado o conjunto documental de impressos.

Tendo em vista o objetivo deste trabalho, Barros (2020) enfatiza que o problema e as fontes são fundamentais na pesquisa histórica, com o olhar do historiador conduzido ao conteúdo das fontes a partir desse problema. Deste modo, sobre as questões orientadoras, esta investigação busca responder os seguintes questionamentos: o que foi a Revista Schola e quais os seus objetivos? E ainda, quais as estratégias da ABE para a divulgação científica presentes na referida revista? A pesquisa utiliza os impressos das edições da Revista Schola como fontes primárias analisadas na investigação.

Em celebração ao centenário da ABE no ano de 2024, optamos por abordar o impresso, atentando-se a sua atuação na associação como um dispositivo de divulgação científica e de circulação de ideias para a educação. Para tanto, é fundamental compreender que “[...] a história das ideias pedagógicas e das práticas educativas se constitui, portanto, um campo vasto e diverso que nos permite compreender as diferentes formas pelas quais foram concebidos e conduzidos os processos educativos ao longo dos séculos” (Medeiros Neta, 2023, p. 2).

É fundamental apontar que, ao entender a história das ideias a partir do movimento de importação e exportação, contribui-se para compreender as transformações que constituem a própria pedagogia, tendo em vista as suas influências, desdobramentos, o modo como são recepcionadas e incorporadas ao cenário educacional ou rejeitadas (em parte ou em sua integralidade) as ideias no contexto de circulação. Assim, a história transnacional da educação é um exemplo para se analisar esse processo de formação e constituição de ideias pedagógicas em movimento (Medeiros Neta, 2023).

Inserido nesse contexto, se deve considerar que “ao mesmo tempo em que reconhecemos que há circulação de ideias, precisamos sublinhar os limites desses intercâmbios e considerá-los, tanto quanto, constitutivos da pedagogia” (Houssaye, 2007, p. 298). Portanto, o movimento de circulação de

ideias implica aos pedagogos e a pedagogia em viajantes como particularidade, tendo a pedagogia objeto de construção entre pedagogos de diferentes origens via importação-exportação, inclusive impulsionado pela influência de organismos internacionais que possibilitam a internacionalização de pedagogias e modelos educacionais.

É fundamental entender os pedagogos como localizados em períodos históricos e modelos de sociedade diferenciados, que incidem, por consequência, no sucesso de recepção ou rejeição e difusão de determinados modelos pedagógicos e ideias educacionais. Quando se deseja importar ideias ou modelos pedagógicos, os pedagogos impõem uma postura com referências nacionalistas e particularizadas, de oposição ao estrangeirismo, enquanto que com a intenção de exportar se baseiam em justificativas e referenciais generalistas das práticas (Houssaye, 2007).

Além disso, a implantação de uma pedagogia depende também da diferenciação que essa realiza em comparação com outras, o que nega ou rejeita, o contexto de sua importação, a despersonalização com os pedagogos e dos difusores. Entretanto, é necessário reconhecer na constituição do movimento pedagógico, as suas influências e semelhanças com outras ondas pedagógicas (Houssaye, 2007).

Compreendemos que esse movimento se torna importante pela sua atuação na produção e na importação-exportação do conhecimento científico, bem como no acesso ao saber através de diferentes veículos transmissores e receptores, como por exemplo, as viagens e intercâmbios de caráter pedagógico, os eventos (congressos científicos, cursos e conferências), os materiais impressos (jornais, livros, ofícios, revistas e boletins).

Presente neste cenário de importação-exportação, o entendimento da história transnacional da educação torna-se imprescindível. Conforme Vera e Fuchs (2021), o transnacional na história da educação se constitui como uma abordagem teórico-metodológica de pesquisa que confere a compreensão do objeto de estudo e de sua investigação para além da delimitação do território nacional na análise histórica, constituindo tanto as instituições como os atores em “viajantes” e como redes a partir da contextualização das suas relações.

Neste sentido, a escolha da abordagem transnacional no campo da história da educação incide sobre uma perspectiva e uma “postura” em relação às análises da pesquisa e, deste modo, conduzem o desenvolvimento da investigação histórica contrapondo-se às abordagens tradicionais que se restringem à esfera nacional (Vera; Fuchs, 2021).

No que se refere à metodologia da pesquisa, consideramos o método histórico a partir de Rüsen (2015). Para o autor, o método histórico consiste na sistematização dos procedimentos empreendidos durante o processo de pesquisa, estruturando-se em três etapas ou estratégias cognitivas – a heurística, a crítica e a interpretação – tendo como início a formulação de uma questão histórica e sua conclusão com a organização das considerações acerca desse questionamento.

A heurística – a primeira das estratégias cognitivas – consiste na regulação metódica da pergunta de pesquisa, ou seja, a questão necessita adequar-se a algumas regras, como o caráter de inovação apreendido pela sua resposta na contribuição de carências historiográficas ou insatisfações presentes no campo e deve realizar-se a partir do acervo das produções existentes, além de direcionar aos espaços com fontes que possibilitem respondê-la (Rüsen, 2015).

Deste modo, a investigação se fundamenta no conjunto documental localizado no Arquivo e Biblioteca Carmen Jordão, vinculada à associação, tendo como delineamento temporal entre os anos de 1930 e 1931, que possuem como justificativa remeterem ao período de circulação e vigência da Revista Schola, constituída e organizada pela instituição supracitada.

Além das novas formas de apreensão das fontes, “o arquivo manuscrito é um material vivo, enquanto sua reprodução microfilmada é um pouco letra morta, ainda que se revele necessária” (Farge, 2022, p. 11). Neste sentido, os arquivos físicos, localizados entre a materialidade e o conhecimento, se revelam como espaços que demonstram uma imensidão de vestígios, fundamentais na construção da pesquisa histórica, em virtude das fontes como testemunhas sobre o passado. Tal imensidão (e riqueza) de vestígios, encontrados nos documentos, e o seu manuseio no arquivo para não danificá-los em sua materialidade, incidem sobre os gestos do historiador e o seu “olhar” atento no contato com as fontes, bem como devido esses materiais captarem os diferentes sujeitos em suas falas e ações (Farge, 2022).

É necessário atenção na leitura dos manuscritos, ler novamente, atentando-se ao novo e ao comum, além de se manter alerta as armadilhas, como por exemplo, a ausência de interrogação do arquivo, de identificação com o objeto de estudo, a falta de crítica, o uso de citações como recurso de não reflexão e de tornar a escrita da história um romance. Esses movimentos de recolha, leitura das informações e de paixão pelo seu conteúdo, necessita que o documento seja analisado por um crítica das fontes (Farge, 2022), [...] que exige que ele seja habilmente questionado para adquirir sentido (Farge, 2022, p. 21).

Em síntese, o encontro entre o pesquisador e o arquivo, assim, possibilita a construção de novas pesquisas por meio dos questionamentos realizados e, diferentemente das fontes em formato digital, permitem o contato direto e o manuseio das fontes, o que exige do pesquisador os movimentos de separação, organização/classificação e recolhimento dos manuscritos, com o cuidado para não danificá-los (Farge, 2022).

Em seguida, a crítica – a segunda das estratégias cognitivas – se constitui na extração das informações sobre o passado contidas nas fontes e relevantes para a resolução da pergunta de pesquisa. Esta etapa se configura a partir de três processos: a crítica externa das fontes, a crítica interna das fontes e o critério da possibilidade objetiva (Rüsen, 2015).

A crítica externa se refere à investigação dos documentos como fonte e a sua autenticidade, enquanto que a crítica interna diz respeito à análise das informações contidas nas fontes e que implicam sobre a pergunta histórica. Já o critério de possibilidade objetiva trata-se da conferência das informações nos documentos tendo em vista os conhecimentos já produzidos historicamente e possibilita a historicização dos fatos no cruzamento com outros, a aquisição de sentido, forma e conteúdo a partir da organização narrativa (Rüsen, 2015).

Para a compreensão desse procedimento metodológico, nos fundamentamos na concepção de fonte histórica a partir de Barros (2020), que caracteriza a fonte como vestígios do passado que através das informações contidas em seu material, permitem a construção de análises e interpretações pelo historiador sobre sujeitos e sociedades em virtude da impossibilidade de verificação própria pelo pesquisador.

As fontes históricas, portanto, seriam “[...] registros ou materiais que possam nos fornecer um testemunho ou um discurso proveniente do passado humano, da realidade que um dia foi vivida e que se apresenta como relevante para o Presente do historiador (Barros, 2020, p. 7, grifo do autor). Assim, as fontes constituem um valor científico e histórico imenso para o desenvolvimento de pesquisas em história ao possibilitarem atestar/embasar proposições feitas pelos historiadores e além das fontes históricas de suporte material, é cada vez mais crescente o uso de fontes virtuais nas investigações realizadas pelos historiadores, fundamentais para a apreensão do passado (Barros, 2020).

Nesse sentido, a partir da classificação demarcada por Barros (2020), consideramos que os impressos das edições da Revista Schola se classificam, assim, como fontes de conteúdo e na categoria de fontes textuais, em virtude da seguinte justificativa – são denominadas de fontes textuais pela linguagem verbal-escrita de seu conteúdo (com linguagem e disposição própria do seu gênero textual) e, principalmente, pelas informações que são descritas que as configuram como fontes de conteúdo, fundamentais para a operação historiográfica.

E, por último, a terceira estratégia cognitiva, a interpretação, corresponde a etapa do método histórico em que após a obtenção dos vestígios nas fontes pela crítica, são conectados e organizados em sequências narrativas como modo de explicação. Essa interpretação permite também que seja realizada a seleção das informações relevantes para a resolução da pergunta de pesquisa (Rüsen, 2015).

Nesse contexto, a análise das fontes é atravessada pela subjetividade do pesquisador, que conduz o processo de pesquisa atentando-se a determinados aspectos e pormenores durante a operação historiográfica. Esse processo historiográfico torna-se imprescindível em virtude da passagem de uma narrativa histórica pelo historiador somente descritiva para uma narrativa histórica descritiva e interpretativa, tendo como suporte as fontes históricas (Barros, 2020).

A partir do aporte teórico de autores que discutem a circulação de ideias e o movimento de importação-exportação relacionado à abordagem transnacional na história da educação, como

Houssaye (2007), Medeiros Neta (2023), Vera e Fuchs (2021) e Viñao Frago (2017), buscamos compreender as estratégias da ABE localizadas na Revista Schola e o próprio impresso. Enquanto isso, com o subsídio de autores como Carvalho (1998), Burlamaqui (2013), Dantas (2024), Vieira (2017) e Saviani (2005), discutimos a criação e trajetória da associação, sua organização interna e nos estados, e suas ações empreendidas. Já autores como Nagle (1974), Gomes (2020) e Massarani e Moreira (2003), utilizamos para a contextualização do período, os movimentos educacionais emergentes e a divulgação científica realizada. E, por último, nos fundamentos a partir de autores, tais como Rösen (2015), Barros (2020) e Farge (2022), para o delineamento do processo metodológico.

Este artigo está organizado em quatro seções. A primeira seção tem por finalidade apresentar o contexto da escrita desta pesquisa, atentando-se a indicação da fundamentação teórica e a estrutura do texto. A segunda seção apresenta a contextualização do período de criação da ABE, instituição organizadora da revista, objeto de investigação desta produção historiográfica, com foco no surgimento dos movimentos educacionais – o entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico – no cenário brasileiro, atentando-se para a atuação de Heitor Lyra da Silva. A terceira seção discute a atuação de divulgação científica e organização da Revista Schola, enquanto que a última seção apresenta algumas considerações sobre o exposto durante a extensão do trabalho e a perspectiva de novas produções.

DA CRIAÇÃO DA ABE

No final do século XIX, as preocupações com a modernização da cidade do Rio de Janeiro foram realizadas a partir de obras de infraestrutura e de serviços ofertados aos cidadãos, bem como de decoração. Posteriormente, tal iniciativa enfrentou problemas e se tornou insustentável para o que era desejado, tendo direcionado as preocupações do urbano para o homem, como confirmado por Heitor Lyra, devido à necessidade de conduzir a cidade aos caminhos da civilidade (Gomes, 2020).

A situação de contraste entre o urbano e o humano era acentuada na cidade carioca. De um lado, a capital do Brasil colocava em vigor as suas intenções de cidade conduzida pelo sentimento de modernidade devido às suas políticas ao espaço urbano. Por outro lado, essas mesmas políticas eram vistas por Heitor Lyra como restritas a materialidade da cidade e que assolavam as condições sociais dessa sociedade, como consequência, o cenário da República demonstrava sintomas de agravamento no que concerne à saúde coletiva, a situação educacional e econômica e a violência contra movimentos sociais pelo governo (Gomes, 2020).

Para Heitor Lyra, compreende-se que “[...] a questão educacional tornou-se um dos principais elementos em seus propósitos de dar solução à questão social na cidade, àquela a que se refere, ou seja, à questão urbana” (Gomes, 2020, p. 14). Desse modo, o pensamento de Lyra reivindicava a população pobre o direito ao exercício da cidadania, tendo em vista que tal parcela da sociedade não possuía condições de vida plena e era negligenciada pelo Estado em virtude do modelo de sociedade proposto em detrimento de obras na cidade e pela idealização do projeto para imigrantes (Gomes, 2020).

Durante o período da Primeira República, ficou marcado as dissidências de caráter ideológico, político e social, como por exemplo: o direito ao voto direcionado apenas a uma parcela da sociedade, fruto da presença da estratificação social; a formação de partidos políticos em oposição ao sistema eleitoral de rodízio na presidência da república pela chamada política do "café com leite", como o Partido Democrático; a predominância do ramo cafeeiro pela sua produção e circulação na economia brasileira, momento em que o setor agrícola e as ideias do ruralismo indicavam que o surgimento da industrialização contrariava as ideias de uma sociedade voltada para a economia baseada nos produtos naturais (Nagle, 1974).

Além disso, o crescimento do fluxo migratório e o processo de urbanização pelo deslocamento da zona rural para os centros urbanos, proporcionava importante contribuição para o desenvolvimento da industrialização no cenário brasileiro. Neste cenário, se intensificava a presença das correntes de ideias e dos movimentos político-sociais, que incidiam a demarcação de possibilidades de novos questionamentos (Nagle, 1974).

As transformações no setor cultural durante o período da Primeira República, o esforço do desenvolvimento do pensamento e a crise do liberalismo contribuem para a evolução do “outubrismo”, o qual proporcionou o aparecimento de novas construções teóricas e, por consequência, um cenário de inquietação de ideais. Neste contexto, com a convicção do papel da escolarização na mudança do cenário social através do civismo e da moral na formação de sujeitos para o progresso da nação, se estabeleceu o debate em torno dos maiores problemas do país e que, para muitos, a escolarização tornou-se o maior deles (Nagle, 1974).

No panorama geral, houve a disseminação do ensino primário e a proposição do ensino técnico-profissional, enquanto que o ensino secundário foi desenvolvido e valorizado tendo em vista a democratização de acesso para as camadas populares, e já o ensino superior, com enfoque na estruturação do sistema universitário e como parte dos problemas da educação (Nagle, 1974).

No início do século XX, os ideais de educação adquiriram novos contornos e se constituíram como ferramenta de transformação da população e da realidade brasileira. Enquanto isso, no final dos anos de 1920, as ideias urbanas e da educação tornaram-se imprescindíveis e foram sendo incorporadas nas medidas de intervenção social, principalmente, atentando-se ao objetivo de reorganização da sociedade (Gomes, 2020).

Assim, as iniciativas, no início do século XX, se restringiam às questões urbanísticas referente às obras de infraestrutura e de decoração, bem como políticas públicas irrisórias. Posteriormente, nos anos de 1920, essa questão se modificou através dos engenheiros ao reivindicarem as melhoras nas condições de vida da população e, deste modo, a educação foi posta como elemento fundamental para a população a partir do ideário de cidade moderna (Gomes, 2020).

Ainda nessa década, a cidade do Rio de Janeiro adquiriu centralidade no decorrer da história referente a divulgação dos conhecimentos científicos e da formação do pensamento, especificamente, nos debates sobre a educação e a cultura no Brasil. A intensificação das atividades dessa natureza marcaram a década de 20, entre as ações realizadas destacam-se tais como: a atividade de impressos (livros, revistas e jornais) e de conferências, organizadas por grupos acadêmicos e pela ABE (com divulgação por jornais da cidade); publicização através do rádio, como por exemplo, a atuação da Rádio Sociedade pela iniciativa de Roquette-Pinto, com publicações focadas em discussões sobre ciência (Massarani; Moreira, 2003).

Além desses exemplos, é fundamental evidenciar outros como: o surgimento de instituições voltadas para a difusão dos saberes provenientes do campo científico, são exemplos a Sociedade brasileira de Ciências, criada em 1916, posteriormente, transformada em Academia Brasileira de Ciências (ABC), criada em 1922; publicação de jornais diários e de coleções de livros sobre divulgação científica; obras organizadas de ficção científica; eventos com a participação de cientistas, brasileiros e estrangeiros; a atuação de divulgadores científicos, como por exemplo, Miguel Osório de Almeida, Roquette-Pinto e outros, com a publicação de textos e livros de caráter de divulgação científica; a perspectiva dos museus como espaços de ensino acerca da ciência (Massarani; Moreira, 2003).

No que diz respeito à divulgação científica do período, ressaltamos que:

A divulgação científica passou a ter um papel significativo na difusão das idéias (sic) de seus protagonistas sobre ciência e sua importância para o desenvolvimento do país. Um objetivo era sensibilizar o poder público, o que propiciaria a criação e a manutenção de instituições ligadas à ciência, além de possibilitar uma maior valorização social da atividade de pesquisa. No entanto, o caráter de divulgação científica era ainda fragmentado e lacunar, reflexo direto da situação muito frágil do meio científico de então (Massarani; Moreira, 2003, p. 51).

Ademais, o combate ao analfabetismo, nos anos de 1920, obteve solidez a partir da compreensão de que através da alfabetização, o país prosperará em direção ao progresso da sociedade. Deste modo, entre as questões presentes no período, se encontram: a preocupação com o desenvolvimento do ensino primário e com a difusão da formação; a relação da escolarização e do

ensino profissional; a importância das matérias escolares e a cobrança da participação do governo nessa tarefa (Nagle, 1974).

Diante disso, o governo dedicou-se à propaganda de uma educação voltada para o civismo e a moral e, conseqüentemente, houve um crescimento no número de trabalhos e programas, com foco no desenvolvimento dessa temática proposta para atender às demandas em relação à escolarização e as insatisfações. Assim, destaca-se as atividades promovidas pela ABE a partir do surgimento de diversas instituições, que contribuíram para elevar o movimento do entusiasmo pela educação, bem como a criação de boletins e revistas de caráter educacional (Nagle, 1974).

Assim, acerca do período da Primeira República, é evidente que:

[...] o mais manifesto resultado das transformações sociais mencionadas foi o aparecimento de inusitado entusiasmo pedagógico pela escolarização e de marcante otimismo pedagógico: de um lado, existe a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo; de outro lado, existe a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do novo homem brasileiro (escolanovismo) (Nagle, 1974, p. 99-100).

O surgimento desses dois movimentos educacionais ocorreu a partir do cenário político-social e intelectual de correntes e grupos, tendo a instrução como temática importante e, por consequência, a sua incorporação nos debates dos programas das instituições. A centralidade do tema “escolarização” proporcionou a atuação de intelectuais e educadores, que tornaram restritos os programas com foco em diversos assuntos e se direcionavam apenas para o processo de escolarização, por vezes, intimamente relacionado aos obstáculos do campo político (Nagle, 1974).

Com o advento e a diversificação de movimentos nacionalistas, duas organizações se destacaram por incorporá-los após o período da Primeira Grande Guerra, tais como: a Liga de Defesa Nacional e a Liga Nacionalista de São Paulo, ambas reconheciam o papel da alfabetização através de seu caráter político para a mudança dos rumos do país. Entretanto, há a presença de outros dois movimentos, com semelhanças e de relevância no cenário da época – a Propaganda Nativista e a Ação Social Nacionalista – tendo como principal diferença as suas posições, enquanto a propaganda era apresentada como de cunho político, a ação negava esse caráter (Burlamaqui, 2013).

Esses movimentos tinham como finalidade o interesse em resolver os problemas que afligiam o Brasil, os chamados “[...] ‘problemas nacionais’ – doenças, analfabetismo e pobreza” (Burlamaqui, 2013, p. 19). Nesse período dos primeiros anos do século XX, os intelectuais objetivavam conduzir o país na direção do progresso e da modernização, tendo como foco também localizar e responder às dificuldades que permeavam a realidade nacional (Burlamaqui, 2013).

Nesse contexto, a ABE foi criada em outubro de 1924, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a partir de intelectuais sob a liderança de Heitor Lyra da Silva após uma sucessão de eventos. Vale ressaltar a concepção de instituição de acordo com Saviani (2005). Para o autor, as instituições são espaços construídos tendo em vista as necessidades do homem, com caráter permanente, constituindo-se como locais de realização de ações sistematizadas e intencionais por determinados agentes pelo estabelecimento de relações dentro da organização e com o seu público alvo.

Inicialmente, a reunião realizada em março de 1924, no Rio de Janeiro, com a participação de Lysimacho da Costa, Everardo Backheuser, Edgar Süsskind de Mendonça e Francisco Venâncio Filho, além de Lyra, tinha como objetivo a constituição da Federação de Associações de Ensino. Por causa da inviabilidade para fundação da Federação, pretendeu-se a criação do partido político – Ação Nacional – o que não foi possível devido ao insucesso da Revolução Paulista (Carvalho, 1998). Ainda durante o mesmo ano, houve a fundação da associação, em outubro, com a participação de outros intelectuais – Tobias Moscoso, Amoroso Costa, Mário Paulo de Brito, Ferdinando Labouriau, Barbosa de Oliveira e Dulcídio Pereira – e intelectuais mulheres – Isabel Lacombe, Armanda Álvaro Alberto,

Alice de Carvalho de Mendonça, Branca Fialho, Bertha Lutz e Jerônima Mesquita (Burlamaqui, 2013). Visualizamos a imagem de Heitor Lyra da Silva, principal idealizador da associação.

Figura 1 – Fotografia de Heitor Lyra da Silva



Fonte: Print screen de Associação Brasileira de Educação (2024).

A figura 1 mostra o principal intelectual para a criação e organização da ABE, Heitor Lyra da Silva, com participação fundamental nas atividades da associação. Lyra teve seu nascimento em 1887, na cidade do Rio de Janeiro, e veio a falecer em 1926, com somente 47 anos de idade. Sua formação teve início em um curso primário e dirigido pela sua família, posteriormente, estudou no Colégio Pedro II (Associação Brasileira de Educação, 2024).

Além dessa formação inicial, Lyra se formou pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro e, entre suas principais participações, se encontram tais como: membro da Liga Pedagógica de Ensino Secundário; criador da ABE; participação em eventos no âmbito da educação; e auxílio no Curso Jacobina e na Escola Regional de Meriti, respectivamente, organizados por Laura Jacobina Lacombe e Armanda Álvaro Alberto, membros da associação (Associação Brasileira de Educação, 2024). No que concerne às justificativas para a criação da instituição, é possível mencionar tais como:

[...] o problema da educação nacional, a difusão dos saberes científicos para a sociedade e a constituição de um órgão de articulação de ideias em departamentos estaduais com diversos intelectuais locais, ausência da participação do governo em propor políticas públicas voltadas para o cenário social do país (Dantas, 2024, p. 65).

Assim, através da proposição de ações no âmbito educacional, a ABE se destacou como uma instituição de divulgação dos conhecimentos científicos e pela articulação com amplitude nacional através do diálogo com instituições e sujeitos para o tratamento acerca de assuntos voltados à educação, sem restrições no que se refere ao público-alvo das discussões (Dantas, 2024).

Entre essas ações, se encontram tais como: os eventos promovidos pelas seções, como os cursos de formação para professores (os cursos de aperfeiçoamento e de especialização, o curso de psicanálise aplicada à educação e o curso de psicologia infantil, por exemplo) e estratégias relacionadas (o consultório pedagógico, por exemplo), as conferências nacionais de educação e as semanas de educação (Dantas, 2024).

A ABE organizava-se internamente a partir de seções e departamentos estaduais. Segundo Burlamaqui (2013), as seções eram organizadas por temáticas e abordavam assuntos provenientes de cada tema, dirigidas por um presidente e com reuniões para discussão. Entre as primeiras seções organizadas, se encontravam as seguintes: “[...] ‘Ensino Primário e Normal’, ‘Ensino Secundário’, ‘Ensino Técnico e Superior’, ‘Ensino Profissional e Artístico’, ‘Educação Física e Higiene’, ‘Educação

Moral e Cívica’ e ‘Cooperação da Família’” (Burlamaqui, 2013, p. 25). Apresentamos as seções atuantes, localizadas na associação, durante o período de delineamento temporal desta pesquisa a partir da tabela elaborada:

Tabela 1 – Seções da ABE e seus respectivos presidentes

Edição(es)/Período(s)	Seções e seus presidentes
Junho (1930), ano 1, nº 5	Ensino primário – D. Consuelo Pinheiro; Ensino secundario – Dr. C. A. Barbosa de Oliveira; Ensino normal – Dr. Mello Leitão; Ensino domestico – D. Cassilda Martins; Ensino profissional – Dr. Salvador Fróes; Ensino tecnico e superior – Dr. Mario Brito; Educação moral e civica – Dr. Everardo Backheuser; Educação physica – Dr. Jorge de Moraes; Hygiene – Dr. Gustavo Lessa; Cooperação da familia – D. Laura Xavier da Silveira; Divertimentos infantis – D. Maria Luiza C. de Azevedo.
Julho (1930), ano 1º, nº 6	
Agosto (1930), ano 1, nº 7	
Novembro (1930), ano 1º, nº 8	Ensino primário – D. Consuelo Pinheiro; Ensino secundario – Dr. C. A. Barbosa de Oliveira; Ensino normal – D. Braga ¹ ; Ensino domestico – D. Cassilda Martins; Ensino profissional – Dr. Salvador Fróes; Ensino tecnico e superior – Dr. Mario Brito; Educação moral e civica – Dr. Everardo Backheuser; Educação physica – Dr. Jorge de Moraes; Hygiene – Dr. Gustavo Lessa; Cooperação da familia – D. Laura Xavier da Silveira; Divertimentos infantis – D. Maria Luiza C. de Azevedo
Fevereiro (1931), ano 2, nº 9	Ensino primario – Dr. Everardo Backheuser; Ensino secundario – Dr. Euclides Roxo; Ensino normal – Dr. C. A. Barbosa de Oliveira; Ensino profissional – Dr. Edgard Sussekind Mendonça; Ensino tecnico e superior – Dr. Mario Brito; Educação physica e higiene – Dr. Carlos de Sa; Cooperação da familia – D. Laura Xavier da Silveira.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)².

A tabela 1 apresenta as seções da ABE localizadas nas edições de junho, julho, agosto e novembro de 1930 e fevereiro de 1931 da revista. Nota-se a continuidade de educadores nas mesmas seções da instituição, tais como: Ensino Primário por Consuelo Pinheiro (junho a novembro); Ensino secundário por C. A. Barbosa de Oliveira (junho a novembro); Ensino doméstico por Cassilda Martins (junho a novembro); Ensino profissional por Salvador Fróes (junho a novembro); Ensino técnico e superior por Mario Brito (junho a novembro); Educação moral e cívica por Everardo Backheuser (junho a novembro); Educação física por Jorge de Moraes (junho a novembro); Higiene por Gustavo Lessa (junho a novembro); Cooperação da família por Laura Xavier da Silveira (junho a novembro); investimentos infantis por Maria Luiza C. de Azevedo (junho a novembro).

Além dessa organização da ABE por seções temáticas, a associação pretendia se organizar nacionalmente, com a intenção de expandir os saberes para os outros estados do país (Burlamaqui, 2013), bem como tinha também o objetivo de tornar-se uma instituição para coordenar, articular e apoiar propostas ao campo educacional. Antes de seu falecimento, Heitor Lyra atuava para sua efetivação, porém, somente com a presidência da ABE pelo intelectual e educador, Levi Carneiro, foi iniciado o processo de organização em âmbito nacional (Carvalho, 1998).

¹ A partir da edição da revista, não foi possível identificar o primeiro nome do presidente da seção nesse período referente ao ensino normal.

² Quadro construído com informações extraídas a partir de Revista Schola (1930e; 1930f; 1930g; 1930h; 1931).

Levi Carneiro, sob a presidência da associação, fez o pedido aos diretores de instrução pública dos estados para o apoio a iniciativa de criação de departamentos estaduais, vinculados à ABE. Os departamentos nos estados seriam, portanto, centros estaduais e de valorização da unidade nacional para a circulação de informações e ideias, assim como, de colaboração e de proposição de investigações referente à educação (Carvalho, 1998).

Para efetivar tal objetivo, os departamentos eram criados alinhados com “[...] um dos pontos capitais do seu programma de acção educativa nacional criar, em todos os estados da União, departamentos que, organizados de accordo com as necessidades regionaes e vivendo independentes sob o ponto de vista administrativo, unidos fiquem pelo pensamento em commum” (Revista Schola, 1930a, p. 23). Foi localizada a criação de apenas um departamento a partir das edições da revista, a instalação do departamento na cidade de Recife, em Pernambuco (Revista Schola, 1930a).

Com autonomia, localizamos departamentos além de sua sede no estado do Rio de Janeiro, em estados como: Rio Grande do Norte (1926), Rio de Janeiro – Niterói (1925), Rio Grande do Sul (1926), Distrito Federal, Espírito Santo (1926). Além desses departamentos, eram distribuídos diversos representantes pelos estados, entre eles: Xavier da Silveira (Amazonas), Roberto de Almeida Cunha (Minas Gerais) e Francisco de Paula Rodrigues (Ceará) (Burlamaqui, 2013).

A organização da instituição se constituiu através de dois órgãos centrais de administração e articulação: o conselho diretor e a diretoria. Apresentamos a constituição desses órgãos internos pela participação de diferentes educadores através da tabela elaborada:

Tabela 2 – Diretoria e conselho diretor da ABE (1930-1931)

Edição/Período	Diretoria	Conselho Diretor
Janeiro (1930), ano 1º, nº 1	Fernando Magalhães, Arthur Moses, Mello Leitão e Gustavo Lessa (Presidentes); Lucia Magalhães (Secretaria geral); Decio Lyra da Silva (1º secretário); Carlos de Queiroz (2º secretário); Julio Cruz Azevedo (Tesoureiro).	C. A. Barbosa de Oliveira; Flávio Lyra da Silva; Julio Porto Carrero; Mario Brito; Salvador Fróes; Miguel Arrojado Lisboa; Nelson Romero; José Piragibe; Laura Xavier da Silveira; Carlota B. O. Lyra da Silva; Anna Amelia C. de Mendonça; Lucia Miguel Pereira; Vera Delgado de Carvalho; Marietta Castro F. Silva; Laura Lacombe; Decio Lyra da Silva; Carlos Delgado de Carvalho; F. Venancio Filho; G. B. de Couto e Silva; Othon Leonardos; Edgard S. de Mendonça; Euclides Roxo; Everardo Backheuser; Benjamin Sodré; Branca Fialho; Alice Carvalho de Mendonça; Maria Luiza C; de Azevedo; Sylvia Mello Leitão; Armanda Alvaro Alberto; Sara Souza Gomes.
Julho (1930), ano 1º, nº 6	Fernando Magalhães, Arthur Moses, Mello Leitão e F. Venancio Filho (Presidentes); Lucia Magalhães (Secretaria geral); Decio Lyra da Silva (1º secretário); Carlos de Queiroz (2º secretário); Julio Cruz Azevedo (Tesoureiro).	C. A. Barbosa de Oliveira; Flavio Lyra da Silva; Julio Porto Carrero; Mario Brito; Salvador Fróes; Miguel Arrojado Lisboa; Nelson Romero; José Piragibe; Laura Xavier da Silveira; Carlota B. O. Lyra da Silva; Anna Amelia C. de Mendonça; Lucia Miguel Pereira; Vera Delgado de Carvalho; Marietta Castro e Silva; Laura Lacombe; Decio Lyra da Silva; Carlos Delgado de Carvalho; O. B. do Couto e Silva; Othon Leonardos; Edgard S. de

		Mendonça; Euclides Roxo; Everardo Backheuser; Benjamin Sodré; Branca Fialho; Alice Carvalho de Mendonça; Maria Luiza C. de Azevedo; Sylvania Mello Leitão; Armanda Alvaro Alberto; Sara Souza Gomes; Zelia Braune.
Novembro (1930), ano 1º, nº 8	Flavio Lyra da Silva, Miguel Arrojado Lisboa, Fernando Magalhães e Arthur Moses (Presidentes); Lucia Magalhães (Secretária geral); Carlos de Queiroz (1º secretário); Esther Costa (2ª secretária); Aracy Muniz Freire (Tesoureiro).	C. A. Barbosa de Oliveira; Mello Leitão; Julio Porto Carrero; Mario Brito; Salvador Fróes; Nelson Romero; Laura Xavier da Silveira; Carlota B. O. Lyra da Silva; Anna Amelia C. de Mendonça; Lucia Miguel Pereira; Vera Delgado de Carvalho; Marietta Castro e Silva; Laura Lacombe; Clotilde Matta e Silva; Eva Hyde; Carlos Delgado de Carvalho; O. B. do Couto e Silva; Othon Leonardos; Edgard S. de Mendonça; Euclides Roxo; Everardo Backheuser; Belisario Penna; Gustavo Lessa; F. Venancio Filho; Julio Cruz Azevedo; Alice de Carvalho de Mendonça; Armanda Alvaro Alberto; Zelia Braune; Consuelo Pinheiro.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)³.

A tabela 2 apresenta a organização de educadores que estiveram na composição da diretoria e do conselho diretor da ABE. Verifica-se que a diretoria era constituída por 4 educadores na sua presidência, além dos cargos de secretário geral, primeiro secretário, segundo secretário e tesoureiro, enquanto que o conselho diretor era composto geralmente por trinta educadores.

Entre os educadores comprometidos com o problema da educação nacional e com outras questões sociais que assolavam a população do país, estavam sujeitos de grande destaque, que participaram do movimento renovador e da Escola Politécnica carioca. As propostas de intervenção construídas pelos educadores e fundadores da associação deram privilégios aos saberes científicos e a participação dos engenheiros como modo de enfrentar os problemas da sociedade (Gomes, 2020).

Destaca-se a categorização do termo “engenheiro-educador” por possibilitar a demarcação de intelectuais tanto nos esforços do contexto de engenheiros como de profissionais educadores e na participação política nas questões sociais. Deste modo, se permitiu a compreensão de suas ações, principalmente, ao relacionarem o urbano e a educação, como por exemplo, no caso de Heitor Lyra. Assim, tais intelectuais denominados de engenheiros-educadores, povoados por ideais de combate aos problemas sociais na década de 1920, relacionavam diferentes campos do conhecimento para a construção de um país moderno (Gomes, 2020).

A REVISTA SCHOLA E SUA ATUAÇÃO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Criada pelo Conselho Diretor da ABE a partir do interesse em substituir o seu Boletim em virtude do encerramento de sua circulação, a Revista Schola foi publicada de forma mensal e se constituiu como um relatório das atividades do departamento da associação na cidade do Rio de Janeiro, destinado ao público do Brasil e que possuíam afinidade com temáticas voltadas à educação (Revista Schola, 1930).

A capa da edição de janeiro de 1930 da Revista Schola (1930a), apresentava elementos, como por exemplo, nome da revista, emblema da instituição e o nome do departamento ao qual é vinculada, bem como as informações da edição (mês, ano e número). Observa-se que ao longo das

³ Construído com informações extraídas a partir de Revista Schola (1930a, 1930f, 1930h).

edições, a estrutura e os elementos constitutivos da capa da revista permaneceram, desde a edição de janeiro de 1930 até a edição de fevereiro de 1931, última publicação vigente.

A Schola foi um impresso organizado e construído pela ABE, entre janeiro de 1930 a fevereiro de 1931, o qual substituiu o Boletim da ABE e que, após o seu período de vigência, foi substituído pelo periódico “Educação”, com funcionamento a partir de 1939. Com anúncios durante a extensão das edições, a revista buscou a circulação das informações referente às ações promovidas pela associação, como a sua publicação e a proposição de uma conferência nacional realizada anualmente em diferentes cidades, com a presença de sujeitos e instituições para tratar sobre os rumos do Brasil (Burlamaqui, 2013).

Esse objetivo da Revista Schola se alinhava com o objetivo e ações empreendidas pela associação para atingir tais finalidades. Os objetivos e ações da ABE estão estruturadas na tabela elaborada a partir do recorte temporal desta pesquisa:

Tabela 3 – Os objetivos e ações da associação

Objetivos	A difusão e o aperfeiçoamento de iniciativas referentes ao campo da educação; acreditava-se na necessidade de uma reforma na educação nacional, na luta contra o analfabetismo e em prol de uma população capaz de transformar o Brasil e levá-lo a alcançar o patamar das nações ditas civilizadas.
Ações	Organizar permanentemente a estatística da instrução no Brasil; publicar revista, boletins, e relatórios periódicos sobre questões de ensino; manter museu escolar permanentemente, biblioteca pedagógica, sala de conferências e cursos; promover e premiar a elaboração e a publicação de bons livros didáticos; promover congressos de educação, regionais ou nacionais; promover a representação do Brasil em congressos de educação no estrangeiro; organizar um arquivo de legislação nacional, e estrangeira, sobre ensino e questões correlatas; facilitar a seus sócios a aquisição de livros e de material escolar; cooperar em todas as obras de educação física, moral e cívica; facilitar o desenvolvimento do cinema educativo, de bibliotecas infantis, e de outros institutos auxiliares de ensino; auxiliar a intercorrespondência escolar, nacional e estrangeira; estudar e auxiliar a solução do problema da infância abandonada; estimular a educação popular, quer quanto à cultura intelectual, moral e física, quer quanto à instrução profissional.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)⁴.

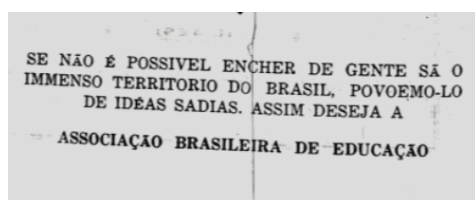
A tabela 3 apresenta o objetivo geral e as ações específicas para atender essa finalidade empreendida pela associação. A partir do quadro, identificamos que a ABE tinha como intenção a colaboração com a propostas direta ou indiretamente relacionadas à educação e, portanto, resolver o problema da educação nacional, como por exemplo, o analfabetismo, conseqüentemente, possibilitar a transformação da população e tornar o país nas mesmas condições de um país estrangeiro civilizado.

Constata-se que entre essas ações – a publicação da revista e outros impressos sobre questões de ensino, a promoção de eventos nacionais e regionais (como as conferências, por exemplo), a organização de um arquivo, a cooperação com instituições e a difusão de empreendimentos voltados para o campo da educação e a participação em eventos estrangeiros – se constituem como estratégias de divulgação científica e circulação de ideias, enquanto que o estabelecimento de relações com instituições, pesquisadores e associações, de origem estrangeira, tinham como finalidade o movimento de importação-exportação de ideias para a educação.

Neste contexto, a figura 2 apresenta a missão da associação.

Figura 2 – Recorte da Revista Schola

⁴ Quadro construído com informações extraídas a partir de Burlamaqui (2013).



Fonte: Print screen de Revista Schola (1930g).

A figura 2 apresenta a proposição de disseminar ideias consideradas “sadias” como intuito da instituição. Sua divulgação representava a intenção da associação de combate ao analfabetismo e a ignorância (considerada por diversos intelectuais como um dos problemas nacionais), enfrentados pela população brasileira, através da seleção de ideias “boas” e apropriadas à formação intelectual e ao processo de alfabetização.

Com valor de distribuição a partir de duas opções, a primeira na aquisição do número avulso no valor de “2\$000” e outra através de assinatura anual no valor de “20\$000” (Revista Schola, 1930g). A revista possuía aproximadamente as dimensões de 16 de comprimento e 23 de altura, com as folhas em tom brando e cinza em virtude da digitalização dos documentos, e se organizava através de um sumário, apresentação de trabalhos e a presença de propagandas na extensão do impresso. Destaca-se a existência de seções importantes para o entendimento sobre as atividades e ações da ABE, como por exemplo, a seção “Um ano de trabalho” e “Notas e informações”. Apresentamos as edições publicadas da Schola e os seus respectivos sumários, organizados na tabela 4.

Tabela 4 – Apresentação dos sumários da Revista Schola

Edição	Sumário
Janeiro (1930), ano 1º, nº 1	A A.B.E.; Cartilha de probidade – 1.º Mandamento – Dr. Fernando Magalhães; A Methodologia da Historia Natural (trecho de uma conferencia) – Dr. Mello Leitão; Um anno de trabalho – Decio Lyra da Silva; Notas e Informações: 4ª Conferencia Nacional de Educação – Themias geraes e Premio Heitor Lyra.
Fevereiro (1930), ano 1º, nº 2	Museus dynamicos – Francisco Venancio Filho; Fructos do escotismo – Benjamin Sodré; Bibliotheca para crianças e adolescentes; Resenha do mez; Notas e informações: professores brasileiros em excursão aos Estados Unidos, Terceira semana de educação, Literatura infantil, Regimento interno para as conferencias nacionais de educação, regimento interno da Associação Brasileira de Educação.
Março (1930), ano 1, nº 3	O que esperamos dos nossos filhos – J. F. Porto Carreiro; A Educação Phisica no Brasil – Parecer da Secção de Educação da A.B.E.; Cinco semanas nos Estados Unidos – Laura Lacombe; Regimento Interno da Associação Brasileira de Educação – (Conclusão).
Maio (1930), ano 1, nº 4	Heitor Lyra, missionario Educação Nacional – Prof. C. A. Barbosa de Oliveira; Cartilha da probidade – Fernando Magalhães; Pelas revistas – G. L.; A educação christã da juventude – Carla Encyclia do Papa Pio XI.
Junho (1930), ano 1, nº 5	Falhas do nosso ensino – Arrojado Lisboa; A crise do lar – Cassilda Martins; O ensino no Amazonas – Mem Xavier da Silveira; 3º Semana Brasileira de Educação – M. L.
Julho (1930), ano 1, nº 6	A escola moderna – Profª. Consuelo Pinheiro; Methodo de projectos – Profª. Maria dos Reis Campos; A “Junior High School” – Profª. Laura Jacobina Lacombe; A educação christã da juventude (Continuação) – Encyclia do Papa Pio XI; Notas e informações: 3ª semana brasileira de educação; Professores estrangeiros em visita á A.B.E., Conferencias, Concurso de obras didacticas, Actividades educacionais no estrangeiro.
Agosto (1930), ano 1, nº 7	A imprensa na educação – Decio Lyra da Silva; O papel dos grupos

	familiares na educação – Gustavo Lessa; Educação cristã da juventude – Papa Pio XI; Notas e informações: 3º Semana Brasileira de Educação – Ceará; As seções técnicas na A.B.E.; Conferencia do mez; Actividades educacionaes.
Novembro (1930), ano 1, nº 8	A poesia na educação – Sra. Maria Eugenio Celso; Ratzel e a geographia moderna – Prof. F. Raja Gabaglia; Notas e informações: Exposição de literatura infantil; Prof. E. Claperède; Literatura pedagogica, Homenagem ao Dr. Euclides Roxo, Circulo de Paes e Professores em Natal, Bibliothecas rotativas no Espirito Santo.
Fevereiro (1931), ano 2, nº 9	O ensino de mathematica na escola secundaria – Euclides Roxo; Cooperação entre o lar e a escola – Eva Hyde; Notas e informações: Conferencias do Prof. Claperède, O congresso universitário de Montevideo; Educação pelo radio; Aos editores do Brasil.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)⁵.

A tabela 4 expõe os tópicos presentes no sumário de cada edição da revista de janeiro de 1930 a fevereiro de 1931. A ABE diversificou as temáticas educacionais publicadas na Revista, como por exemplo, assuntos referentes às disciplinas escolares, a prática pedagógica, ao espaço escolar e os seus agentes, bem como aos dispositivos que circulavam a escola, como a imprensa.

A partir da tabela, é notável a relação da ABE com outras instituições, especialistas e intelectuais de origem nacional ou estrangeiras, por promover a cooperação através do envio de materiais ou para viagens pedagógicas. Compreendemos que, o estabelecimento dessas relações se constituiu como uma forma da associação adquirir maior amplitude.

Deste modo, a ABE se constituiu como uma instituição de grande relevância em seu período, devido suas iniciativas de cunho político através da divulgação científica e a busca por cooperação, com ações para reunir e articular sujeitos e instituições, tendo como objetivo discutir a educação do país. Como forma de publicizar e aproximar o público no geral de suas atividades, eram propostos jantares, com a participação de sócios da associação, convidados de outras instituições, tendo como finalidade parcerias para resolver o problema da educação, enquanto que o convite para a imprensa objetivava divulgar e reunir outras pessoas interessadas na causa educacional (Burlamaqui, 2013).

Nessa cooperação da ABE com outras instituições e países, destaca-se a tradução, o recebimento e o envio de obras à pedido de organizações internacionais ou da própria associação, bem como o convite para participação de eventos, como por exemplo: o envio de livros de editores da instituição abeana à pedido do Bureau Internacional de Educação (BIE), através da seção de cooperação da família, com o objetivo de serem expostos na Exposição Internacional de Livros para Crianças, promovido pelo BIE (Revista Schola, 1930a); o recebimento de livros dos Estados Unidos, Uruguai, México, Cuba e Colômbia, pelo Ministério do Exterior para a Exposição de Literatura Infantil da associação (Revista Schola, 1930h); e o recebimento pela associação do comunicado sobre a realização da 2ª Conferência Inter-Americana de Educação, organizada pela “National Association Education”, em Havana (Revista Schola, 1930f).

No que concerne aos cursos e conferências propostos pela associação, elas eram, em sua maioria, realizadas pelas seções da instituição. As seções tinham como finalidade o trabalho e discussão de assuntos específicos e de destaque no período, sendo conduzidas por um presidente e com reuniões organizadas (Burlamaqui, 2013). As seções inicialmente criadas foram: “‘Ensino Primário e Normal’, ‘Ensino Secundário’, ‘Ensino Técnico e Superior’, ‘Ensino Profissional e Artístico’, ‘Educação física e Higiene’, ‘Educação Moral e Cívica’ e ‘Cooperação da Família’” (Burlamaqui, 2013, p. 25).

As seções eram conduzidas por indivíduos vinculados, principalmente, às instituições, como o Museu Nacional e a Faculdade de Medicina, por exemplo. O local de realização era o anfiteatro de

⁵ Quadro construído com informações extraídas a partir de Revista Schola (1930a, 1930b, 1930c, 1930d, 1930e, 1930f, 1930g, 1930h, 1931).

física da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, com divulgação pela Rádio Sociedade, o seu acesso era gratuito e sem inscrição como pré-requisito para participação (Burlamaqui, 2013).

Entre os cursos e conferências localizadas na revista, se encontravam tais como: uma série de palestras sobre a metodologia das matérias no ensino primário (Revista Schola, 1930a); Professora Alda Lodi – Methodologia da arithmetica; Profa. Amelia Monteiro – Intruccões extra-escolares; Professora Lucia S. de Castro – Methodologia da lingua patria; Dr. Lucio dos Santos – A organização geral da Escola de Aperfeiçoamento (Revista Schola, 1930b); Seção de Cooperação da família – série de palestras de propagandas acerca “O que são os circulos de paes e professores” e “Historias infantis” (Revista Schola, 1930a); Dr. Ulysses Pernambuco – O Emprego dos tests em Recife (Seção de Ensino Técnico e Superior); Prof. Juliano Moreira – Aspectos do Japão (Seção de Ensino Técnico e Superior); Prof. Everardo Backheuser – A reforma eleitoral e a representação proporcional (Seção de Ensino Técnico e Superior); Prof. Djalma Guimarães – O Diamante (Seção de Ensino Técnico e Superior); Prof. O. B. Couto e Silva – Os collegios americanos e seu papel (Seção de Ensino Técnico e Superior); Sr. Agrippino Grieco – Alphonsus de Guimarães (Seção de Ensino Técnico e Superior); Prof. Fernando Raja Gabaglia – Ratzel e a Geographia moderna (Seção de Ensino Técnico e Superior); Sra. Maria Eugenia Celso – A poesia na Educação da Creança (Seção de Cooperação da Família) (Revista Schola, 1930f)

Além de intelectuais com vínculo em instituições nacionais, há também com organizações e/ou associações internacionais, tais como: Edouard Claparède, vinculado ao Instituto Jean-Jacques Rousseau (IJJR), o qual investigava sobre psicologia aplicada (Revista Schola, 1930h) e que realizou a 1ª conferência acerca do sentimento de inferioridade (Revista Schola, 1931); Professor Lúcio dos Santos, vinculado à Universidade do Porto, que ministrou aulas sobre “Rythmanalyse” pela seção de ensino técnico e superior da ABE; Artus Perrelet (IJJR), o qual estudava o ensino de desenho; e Helena Antipoff (IJJR), que discutia sobre psicologia infantil (Revista Schola, 1930b). Ainda encontramos intelectuais cujas as filiações institucionais não foram mencionadas, como por exemplo, Léon Walter, Théodoro Simon (Revista Schola, 1930a), o filósofo Keyserling e a educadora Lina Hirsch (Revista Schola, 1930b).

Durante as edições da Revista Schola, localizamos a chegada de professores estrangeiros na ABE e o intercâmbio de um grupo de professores aos Estados Unidos. Conforme Gondra (2010, p. 13, grifo do autor), as viagens foram realizadas por diferentes sujeitos participantes de projetos no campo educacional a partir da observação de experiências estrangeiras e, no caso dos educadores, essas travessias “[...] funcionam como técnica de investigação e de conhecimento, como prática de observar, experimentar, comparar e produzir conhecimento sobre o outro”. Em conformidade com tal compreensão, Viñao Frago (2007) pontua que, as viagens são dispositivos que permitem a alteração da visão dos viajantes, utilizadas como forma de importar informações educacionais do estrangeiro e privilegiar debates e organizações estrangeiras notáveis conhecidas e, por consequência, possibilitar a contribuição aos moldes da educação nacional.

Em julho de 1930, a ABE recebeu três professores – Rodolfo Llopis, George Mac Bride e Crescencio Coccaro – através da passagem dos educadores pela cidade carioca. Llopis, de origem espanhola, teve sua formação como pedagogo e representou o seu país no Congresso de I.M.A., ocorrido recentemente em Montevidéo, no Uruguai, foi recepcionado na reunião do conselho diretor da associação, porém, não ministrou a conferência à pedido da ABE em virtude do pouco tempo (Revista Schola, 1930f).

O professor Mac Bride, vinculado à Universidade da Califórnia, ministrou uma conferência sobre “o Ensino da Geographia regional nos Estados Unidos”, enquanto que o professor Coccaro, de origem uruguaia, como modo de valorizar à existência da associação, promoveu uma conferência acerca dos “Aspectos da Educação no Uruguay”. Ambas as conferências foram seguidas de debates em torno de suas temáticas e se configuraram como um novo método de palestras promovido pela ABE, por demonstrarem a qualidade dos encontros, o foco dos ouvintes e como espaço de troca de ideias (Revista Schola, 1930f).

O convite à educadores estrangeiros de diversas nacionalidades, em especial, dos Estados Unidos e da Europa, para ministrar eventos formativos, como por exemplo, as conferências, foi uma

das estratégias privilegiadas pela associação, com o objetivo de circulação de ideias para à educação via importação a partir da compreensão dos professores como agentes difusores e divulgadores dos conhecimentos científicos.

O intercâmbio foi realizado à pedido e para a instituição americana “Carnegie Endowment”, com a finalidade desses docentes estudarem as suas áreas, a partir do convite informado pelo prof. Delgado de Carvalho através do seu retorno de viagem (Revista Schola, 1930c). Os educadores selecionados e suas respectivas áreas de interesse para estudar durante a viagem, foram: Noemy Silveira – orientação profissional, Julieta Arruda, Consuelo Pinheiro – o método de projetos, Maria Reis Campos – o método de projetos, Laura Lacombe – o método de projetos, O. B. do Couto e Silva – organização universitária e Othon-Leonardos – organização universitária (Revista Schola, 1930c).

A decisão para o estabelecimento dos fundamentos do intercâmbio de professores primários, teve seu acordo instituído na 2ª Semana de Educação entre o Departamento da associação no Espírito Santo e o Departamento do Rio de Janeiro (Revista Schola, 1930a). No que se refere à produção intelectual dos viajantes, localizamos nas edições da Schola os relatos após o retorno da viagem, como por exemplo: “Cinco semanas nos Estados Unidos”, escrito por Laura Lacombe (Revista Schola, 1930c); “A ‘JUNIOR HIGH SCHOOL’”, escrito por Laura Lacombe; “A ESCOLA MODERNA”, escrito por Consuelo Pinheiro; e “O METHODO DE PROJECTOS”, escrito por Maria dos Reis Campos (Revista Schola, 1930f).

A partir disso, a circulação de impressos em outros países, a escrita de textos com ideias importadas sobre métodos, instituições, personagens e o contexto educacional no exterior, a tradução de obras, o conhecimento de instituições estrangeiras, a partir desses deslocamentos, são importantes ferramentas que, em sua maioria, estão vinculadas com a intenção de reforma educacional no contexto nacional e indiretamente à contextos políticos, econômico e social.

Assim, essas viagens empreendidas por sujeitos ligados à educação e, por diversas vezes, ocorridas em condições difíceis, oportunizaram a possibilidade de observar o estrangeiro, o que “[...] terminava por investir o viajante de um saber que incrementava seu capital intelectual e político. Com isto, o relato da viagem, menos que uma descrição imparcial, transforma-se em um efetivo instrumento e forma de exercício de poder” (Gondra, 2010, p. 14).

Deste modo, compreendemos que o retorno dos viajantes e a produção intelectual através das experiências observadas no território estrangeiro, possibilitavam a atribuição desses educadores enquanto especialistas nos assuntos estudados, tendo em vista a legitimação das suas posições no debate educacional e, como consequência, adquiriam “capacitados” para a condução de cursos e conferências em eventos nacionais.

Além desses dispositivos, as viagens e os intercâmbios, a Revista Schola apresenta também que a ABE se utilizava de conferências para a circulação de conhecimentos, como por exemplo, as Conferências Nacionais de Educação (CNEs) e as Semanas de Educação. Esses eventos tinham amplitude nacional seja pelas CNEs, com a proposta de realização anual em uma cidade, como pelas semanas de educação, com realização anual e sua organização nos estados.

A 3º CNE, ocorrida na cidade de São Paulo, foi realizada entre os dias 7 e 15 de setembro, em 1929. Segundo exposto na Revista Schola (1930a, p. 25), como visibilidade e robustez da associação, antes do início da conferência, o Prof. Anísio Teixeira (Delegado da Bahia) ao lado de outros delegados na sede da ABE, declarou o discurso de uma educadora de origem americana: “No Brasil uma associação particular (a A. B. E.) realizava uma obra talvez maior do que a oficial”. Este excerto representava as insatisfações com a participação do governo no tratamento dos assuntos educacionais em comparação com a associação, reconhecia o esforço da atuação da ABE em relação à educação nacional e a amplitude das ações da instituição além do território brasileiro. Apresentamos o tema da 4ª CNE e os temas aprovados para serem expostos no evento através da tabela 5.

Tabela 5 – 4ª CNE

Tema da conferência	Ensino normal
Temas aprovados	Como organizar o ensino normal para preparo do professorado primario, de acordo com as diferentes regiões do Paiz – Prof. Leoni Kaseff (Rio de Janeiro); Como preparar o professor rural e fixal-o ao meio onde deve actuar – Prof. João Toledo (São Paulo); Como organizar o Instituto Normal Superior destinado ao preparo do professorado para o ensino normal e secundario e para as pesquisas pedagogicas – Prof. Afranio Peixoto (Deputado Federal pela Bahia); Como estabelecer a transferencia dos corpos discentes das Escolas Normaes e a intervalidade dos diplomas – Prof. Ubaldo Ramallete (Espírito Santo); Deve a didática das diversas disciplinas ficar a cargo de um só professor especial ou dos professores das respectivas disciplinas? – Prof. Sussekind de Mendonça (A.B.E. do Districto Federal); Qual deve ser a metodologia do vernaculo nas Escolas normaes elementares – Prof. Julio Pires (Pernambuco); Qual deve ser a methodology das ciencias – Prof. Amelia Monteiro (Minas Geraes); Qual deve ser a methodology do desenho e dos trabalhos manuais – Prof. Nereu Sampaio.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)⁶.

A tabela 5 expõe o tema geral da 4ª CNE e os temas aprovados para o evento. Observa-se a importância dada aos temas relacionados à organização e preparo do corpo docente do ensino primário, bem como referente a didática e metodologia. A partir disso, percebemos que as CNEs eram uma proposta da associação com realização anual em diferentes cidades brasileiras, tendo em vista a circulação das suas atividades, a reunião de pessoas e instituições ligadas ao campo educacional, e discutir temáticas de interesse ao país (Burlamaqui, 2013).

No período inicial após a criação da ABE, seus esforços se restringiam a discussões em grupos menores e com articulação junto à capital do país, sendo realizada pela participação dos seus próprios intelectuais, integrantes da instituição. Somente com início em 1927, a associação buscou adquirir maior amplitude e alcance nacional para os seus princípios e debates por meio, principalmente, da execução de conferências, com a finalidade de intervenção política em virtude do cenário de fortes alterações nas políticas públicas educacionais (Vieira, 2017).

As conferências seriam também espaço de celebração e para reunir intelectuais, especialistas e autoridades de cargos públicos de relevância, cujo objetivo era a unidade nacional e a discussão sobre temáticas relacionadas à educação. O principal responsável pela realização das CNEs foi Fernando Magalhães, o qual atuou como presidente das comissões de organização do evento até a sua quinta edição (Carvalho, 1998).

A realização anual ocorreu apenas durante as três primeiras CNEs e entre os anos de 1933 e 1935, enquanto que nas conferências seguintes, observa-se a presença de dois intervalos na execução do evento, o primeiro entre 1936 e 1941, e o segundo foi entre 1957 e 1966 (Vieira, 2017). Não obstante à existência desses intervalos, “[...] a longevidade da associação e a frequência dos eventos foram significativas nesse período, uma vez que as regras eram a efemeridade e a descontinuidade dos eventos, associações e publicações do campo educacional” (Vieira, 2017, p. 26).

O Estado seria o principal destinatário das discussões realizadas nas conferências da ABE, privilegiado pela própria organização carioca. Neste cenário, duas visões integrariam os discursos dos abeanos nesses eventos: o Estado como agente transformador da população do país através de reformas de caráter intelectual e moral, pretendidos pela associação; e a dependência da instituição ao Estado, tendo em vista os seus projetos de cunho político (Vieira, 2017).

Essa instituição elegida como principal interlocutor, o Estado, esteve no centro de embates em virtude da disputa pela posse de funções privilegiadas no seu interior, bem como devido às possibilidades de interferência pela posição em cargos para a construção de políticas públicas. O Estado e os grupos políticos estavam no centro do conflito para a ocupação de posições da intelectualidade, na

⁶ Quadro construído com informações extraídas a partir de Revista Schola (1930b).

formulação de ações direcionadas à educação, como resultado da necessidade de expansão do processo formativo de escolarização dirigida aos diversos grupos populacionais (Vieira, 2017).

A estruturação da ABE e das CNEs voltadas às normas do Estado e de organizações, com atuação na política e economia, estavam relacionadas às tendências intelectuais estabelecidas a partir da centralidade pela disputa de cargos institucionais. Essas lutas pela ocupação estratégica na condução dos projetos para a educação nacional, teve como resultado o embate entre o grupo formado por católicos e o grupo constituído por defender à escola para todos através da laicidade (Vieira, 2017).

Entre as finalidades das conferências nacionais, se encontravam:

[...] dar visibilidade às ações do Estado; legitimar os intelectuais envolvidos com a direção das reformas; conquistar o consentimento da sociedade, em geral, e da comunidade escolar, em particular, para a implementação das mudanças pretendidas; e, finalmente, estruturar o discurso educacional que, a partir da combinação de termos e sentidos, pretendia afirmar valores e sensibilidades, definir hierarquias e prioridades e, sobretudo, mobilizar práticas sociais (Vieira, 2017, p. 32).

Os temas das CNEs e os debatidos pela ABE estavam vinculados às necessidades do Estado e as suas conclusões eram vistas como importantes no apoio para as políticas públicas direcionadas ao campo educacional (Vieira, 2017). Além disso, as conferências tinham a divulgação potencializada pela circulação nos jornais do Rio de Janeiro, tinham a participação de extenso público e de cientistas de destaque na época, sem a restrição de temas abordados pelos especialistas das áreas, também se discutia assuntos diversos e para o público não especializado (Burlamaqui, 2013).

Enquanto isso, originalmente realizadas a cada ano nos Estados Unidos pela Associação Americana de Educação, em 1926, para celebrar a educação, a ideia das Semanas de Educação refletiu na ABE (Revista Schola, 1930f). Esse evento era promovido na instituição abeana com o objetivo de orientar a população do país referente à importância da educação como ferramenta para contribuir com a formação, em uma sociedade democrática (Burlamaqui, 2013).

Com realização anual e organizada pelo Conselho Diretor da associação, as Semanas de Educação eram consideradas eventos de valorização da moral e percebidas como notáveis pelos participantes do conselho assim como as CNEs (Carvalho, 1998). Sua primeira realização ocorreu em outubro de 1928, tendo a associação solicitado às outras associações com objetivos semelhantes, uma agenda desenvolvida a partir do contexto local em virtude do programa estabelecido previamente (Burlamaqui, 2013). São exemplos de tais ações feitas pelas associações:

[...] anúncios do evento (exemplo de cartaz, “Educar-se é vencer”); venda de livros sobre educação e com as vendas subordinadas ao título do evento; venda de um selo comemorativo do evento em prol da A.B.E.; exposições pedagógicas regionais realizadas pelos colégios primários; visitas às escolas pelos pais, para que entrassem em contato mais íntimo com o local de estudo dos filhos e com os professores; sessões literárias em todas as escolas; pequenas conferências diárias sobre o papel social da educação; visitas das escolas ao Jardim Botânico, Museu Nacional, Escola de Belas Artes e o Museu Histórico, sob a orientação de professores ou membros da A.B.E. Esse programa foi publicado em jornal oficial pelo diretor de Instrução Pública Municipal, Fernando de Azevedo (Burlamaqui, 2013, p. 61-62).

Observa-se a diversificação das atividades e se encontrava a cargo dos estados a organização do programa das Semanas de Educação. As próximas edições do evento foram realizadas nos seguintes períodos: II Semana de Educação (outubro de 1929); III Semana de Educação (maio de 1930); IV Semana de Educação (maio de 1931); V Semana de Educação novembro de 1933). Com divulgação da programação dos dias feita pelos jornais (Burlamaqui, 2013).

Na edição de janeiro da Schola, encontramos o programa da 2ª Semana de Educação, realizada entre os dias 7 e 13 de outubro, em que cada dia celebraria uma temática acerca da educação. Deste modo, o programa estava organizado da seguinte distribuição: 2ª feira (dia 7) – Dia da Educação

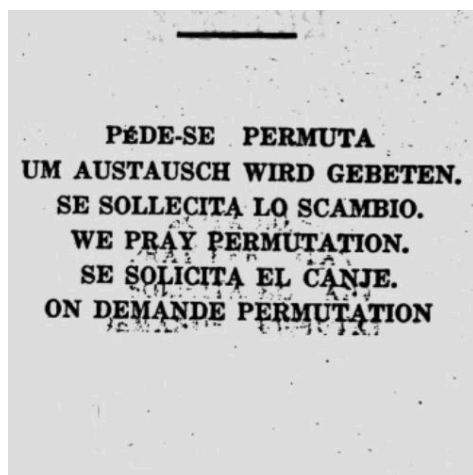
Domestica, com direção de D. Cassilda Martins (visita ao Restaurante da Light and Power e à Fundação Osorio, e a realização da conferência sobre “a crise do Lar”, por Cassilda); 3ª feira (dia 8) – Dia da Educação Intellectual, sob a direção de D. Branca Fialho (organização de torneios de oratória em instituições de ensino); 4ª feira (dia 9) – Dia da Educação Profissional, organizada pelo Prof. Salvador Fróes (visitação em Escolas Profissionais); 5ª feira (dia 10) – Dia da Educação Physica, estruturado pelo Prof. Ambrosio Torres (realização de uma demonstração de ginástica em um estádio); 6ª feira (dia 11) – Dia da Educação Artística, sob a organização do Prof. Corrêa Lima (ida à Escola de Bellas Artes e apresentação sobre “artistas brasileiros e suas obras”, ministrada pelo Prof. Flexa Ribeiro); Sábado (dia 12) – Dia da Educação Civica, planejada pelo Prof. Fernando Magalhães (ida ao Museu Histórico); Domingo (dia 13) – Dia da Educação Moral, a cargo de D. Vera Delgado de Carvalho (realização de uma missa campal, promovida pelos educadores católicos da ABE, na Matriz do Sagrado Coração de Jesus e à tarde a celebração por meio de um festivo com entrega de premiações) (Revista Schola, 1930a).

Já na edição de julho da Schola, localizamos o programa da 3ª Semana de Educação e algumas cidades e estados participantes. O programa estabelecido pelo Conselho Diretor do Departamento do Rio de Janeiro constava com os seguintes dias: “[...] Dia do Lar – Dia da Fraternidade – Dia da Escola – Dia da Saude – Dia do Dever – Dia da Natureza – Dia da Bôa Vontade” (Revista Schola, 1930f, p. 159).

Em relação aos estados participantes, a ABE recebeu notícias da realização no estado do Ceará, organizada pelo diretor de instrução do estado, Dr. Moreira de Souza, e o corpo de professores da cidade de Fortaleza (Revista Schola, 1930g) e também na cidade de São Luis, estado do Maranhão, estruturado pelos professores e o Governo (Revista Schola, 1930f), além de se comunicar com diferentes diretores de instrução pública de locais, como “[...] Alagôas, Aracajú, Bahia, Curityba, Fortaleza, Goyas, Manáos, Porto Alegre, São Paulo, Victoria” (Revista Schola, 1930f, p. 160).

Entre as seções da revista, foram localizadas excertos em diferentes idiomas, como apresentado na figura 3.

Figura 3 – Permuta da Revista Schola



Fonte: Print screen de Revista Schola (1930d).

Na figura 3, visualizamos a presença da mesma frase em diferentes idiomas, localizada no sumário da edição de julho da revista, em tradução livre: “Pede-se permuta”. Tais informações, são indícios de que a revista da ABE inicialmente organizada para circulação nacional, posteriormente, adquiriu circulação com pesquisadores, associações e outras instituições nacionais ou estrangeiras, com a finalidade de troca entre revistas. Assim, a permuta se configurava no envio da revista a outra associação, instituição ou outro pesquisador, e era solicitado o recebimento de uma revista de outra entidade ou país.

Outro indício que colabora com tal afirmativa foi a resposta da associação através da edição da revista ao convite feito pelo Congresso Universitário Americano, organizado pelo Governo da República Oriental do Uruguai, em celebração aos 100 anos do Juramento da Constituição, no mês de fevereiro em Montevideo (Revista Schola, 1931), com o objetivo de “[...] estudar os problemas magnos dos Ensinos Secundario e Superior, bem como os meios de intensificar o intercambio e as relações entre os institutos docentes dos países do Novo-Mundo” (Revista Schola, 1931, p. 291-292). Como resposta ao convite, foram destinados para a participação da ABE no congresso, os professores Fernando Magalhães e C. A. Barbosa de Oliveira (Revista Schola, 1931).

Nesse contexto, compreendemos que essas revistas recebidas por meio de permuta foram organizadas no acervo da biblioteca da ABE, espaço que tinha como intenção de uso, em especial, pelos professores, com o acervo constituído por “[...] obras que recebia de instituições e doações de pessoas da área de educação e das ciências, incluindo revistas especializadas e de interesse científico” (Burlamaqui, 2013, p. 25). Deste modo, a biblioteca se configurava como um espaço formativo aos leitores do seu acervo a partir do caráter das obras recebidas e dos doadores através da organização de um repertório de conhecimentos especializados e, assim, valorizando os saberes considerados apropriados.

A biblioteca recebia revistas nacionais e de outros países, bem como através de assinatura (Burlamaqui, 2013) e, por este motivo, a associação proporcionava aos leitores o contato com os saberes em circulação de diferentes países do mundo e a sua atualização do repertório construído, bem como demonstrava a relação com outros veículos de divulgação científica em âmbito nacional e internacional. Além disso, localizamos na Revista Schola (1930a) que o espaço foi regulamentado e convidava os sócios da associação à doação de obras como forma de contribuir com a construção do seu acervo (Revista Schola, 1930a).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo objetivou identificar e discutir as ações de divulgação científica presentes na Revista Schola, vinculada à ABE. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e de cunho histórico, e se inseriu, assim, no campo da história da educação na interface com a história digital e a história transnacional, tendo privilegiado o conjunto documental de impressos.

Observou-se que a criação da associação estava relacionada à preocupação dos intelectuais com os rumos da nação em temáticas, como por exemplo, a alta taxa de analfabetismo, e influência dos movimentos educacionais latentes no período, o entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico, que foram mobilizações fundamentais para a discussão sobre os assuntos pertinentes à educação no Brasil. Foi notável para o surgimento da ABE – a atuação de Heitor Lyra da Silva – principal idealista para a criação da instituição e que privilegiou a relação entre as questões urbanísticas e educacionais, tendo como objeto inicial a cidade do Rio de Janeiro. Além disso, constatou-se que Lyra ao articular esses dois eixos de trabalho em sua vida, se constituiu como um dos engenheiros-educadores da associação e que decidiu enfrentar os problemas sociais da década de 20 até o seu falecimento nesse mesmo período.

Como resultados da investigação, compreendemos que a Revista Schola se configurou como um dispositivo da ABE para a comunicação das questões correlatas à educação, abordando a apresentação das atividades aos sócios, aos pesquisadores, aos intelectuais, às instituições e às associações em âmbito nacional e internacional, bem como dispositivo de divulgação científica e de circulação de ideias via importação-exportação com o objetivo de difusão e valorização de determinados discursos, sentidos e temáticas relacionadas ao campo educacional e ao ensino.

Entre as estratégias de divulgação científica e importação-exportação de ideias para a educação, foram localizadas além da própria Revista Schola, tais como: as CNEs; as semanas de educação; as viagens pedagógicas e intercâmbios; os cursos e conferências promovidos pelas seções; os departamentos estaduais; o funcionamento da biblioteca pedagógica e o recebimento de obras para o acervo; a tradução, o recebimento e o envio de obras à pedido de organizações internacionais ou da própria associação; o convite à professores estrangeiros para ministrar conferências.

Destacou-se a influência dos Estados Unidos na constituição da ABE através da importação de ideias para a educação – como por exemplo, a inspiração na National Education Association (NEA) tendo em vista a fundação da instituição abeana e a organização das semanas de educação – e a sua circulação a partir do convite à professores estrangeiros para ministrar eventos, cursos e conferências, e o recebimento de obras e revistas especializadas, doadas por educadores e organizações internacionais.

Em virtude do exposto na extensão desta produção, ratificamos a importância de investigações no campo da história da educação, especificamente, no que diz respeito à ABE, tendo em vista a sua atuação com maior robustez nos seus primeiros anos de fundação, embora a instituição ainda se mantenha em funcionamento atualmente, sobretudo, como um centro de pesquisa através do seu Arquivo e Biblioteca Carmen Jordão, localizado no Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. ABE - Associação Brasileira de Educação. Disponível em: <https://www.abe1924.org.br/>. Acesso em: 3 nov. 2024.

BARROS, José D'Assunção. Fontes Históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. *Cadernos do Tempo Presente*, São Cristóvão - SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2020.

BURLAMAQUI, Mariana Mello. *A divulgação científica na Associação Brasileira de Educação: o caso da Seção de Higiene (1924-1932)*. 2013. 105 f. Dissertação (Mestrado em História da Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2013.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924 - 1931) / Marta Maria Chagas de Carvalho*. - Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1998.

DANTAS, Lidemberg Régis Santos. *A Associação Brasileira de Educação (ABE) e ações de formação para professores (1924-1929)* [e-book] / Lidemberg Régis Santos Dantas e Olivia Moraes de Medeiros Neta. – Natal, RN, Editora FAMEN, 2024.

FARGE, Arlette. *O Sabor do Arquivo / Arlette Farge*; tradução Fátima Murad. – 1. ed., 2. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2022.

GOMES, Clécia Aparecida. Urbanismo e Educação: ideários modernos nas engenharias da nação. Rio de Janeiro, anos iniciais do século XX. *Revista de História (São Paulo)*, n. 179, p. a07119, 2020.

GONDRA, José Gonçalves. Apresentação. In: _____ (Org.). Dossiê: Viagens de educadores, circulação e produção de modelos pedagógicos. *Revista Brasileira de História da Educação*, nº 22, p. 13-16, jan./abr. 2010.

HOUSSAYE, Jean. Pedagogias: importação – exportação. In: MIGNOT, A. C. V.; GONDRA, J. G. (org.). *Viagens Pedagógicas*. São Paulo: Cortez, 2007. p. 294-314.

MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu de Castro. A divulgação científica no Rio de Janeiro: um passeio histórico e o contexto atual. *Revista Rio de Janeiro*, n. 11, p. 38-69, 2003.

MEDEIROS NETA, Olivia Moraes. HISTÓRIA DAS IDEIAS PEDAGÓGICAS E AS IMPORTAÇÕES-EXPORTAÇÕES: PROBLEMATIZAÇÕES. *HOLOS*, [S. l.], v. 2, n. 39, 2023.

Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/15100>. Acesso em: 21 nov. 2024.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo, EPU; Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Material Escolar, 1974, 1976 reimpressão.

REVISTA SCHOLA. Associação Brasileira de Educação (ABE), Rio de Janeiro, edição Janeiro/1930a, ano 1, nº 1.

REVISTA SCHOLA. Associação Brasileira de Educação (ABE), Rio de Janeiro, edição Fevereiro/1930b, ano 1, nº 2.

REVISTA SCHOLA. Associação Brasileira de Educação (ABE), Rio de Janeiro, edição Março/1930c, ano 1, nº 3.

REVISTA SCHOLA. Associação Brasileira de Educação (ABE), Rio de Janeiro, edição Maio/1930d, ano 1, nº 4.

REVISTA SCHOLA. Associação Brasileira de Educação (ABE), Rio de Janeiro, edição Junho/1930e, ano 1, nº 5.

REVISTA SCHOLA. Associação Brasileira de Educação (ABE), Rio de Janeiro, edição Julho/1930f, ano 1, nº 6.

REVISTA SCHOLA. Associação Brasileira de Educação (ABE), Rio de Janeiro, edição Agosto/1930g, ano 1, nº 7.

REVISTA SCHOLA. Associação Brasileira de Educação (ABE), Rio de Janeiro, edição Novembro/1930h, ano 1, nº 8.

REVISTA SCHOLA. Associação Brasileira de Educação (ABE), Rio de Janeiro, edição Fevereiro/1931, ano 2, nº 9.

RÜSEN, Jörn. *Teoria da História: uma teoria da História como ciência*. Trad.: Estevão C. de Resende Martins. Curitiba, PR: Editora da UFPR, 2015.

SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares: conceito, história, historiografia e práticas. *Cadernos de História da Educação* - nº. 4 - jan. /dez. 2005.

VERA, Eugenia. Roldán; FUCHS, Eckhardt. O transnacional na história da educação. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 47, e470100301trad, 2021. 1

VIEIRA, Carlos Eduardo. Conferências Nacionais de Educação: intelectuais, Estado e discurso educacional (1927-1967). *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 65, p. 19-34, jul.2017.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Viajes que educan. In: MIGNOT, A. C.; GONDRA, J. G. (org.). *Viagens Pedagógicas*. São Paulo: Cortez, 2007.

Submetido: 06/08/2025

Aprovado: 18/06/2020

Editor(a) de seção:

DECLARAÇÃO SOBRE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os conteúdos subjacentes ao texto da pesquisa estão contidos no manuscrito.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Autor 1 – Conceitualização, análise formal, metodologia, escrita – revisão e edição.

Autor 2 – Conceitualização, análise formal, escrita – revisão e edição..

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.